



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000696-71.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: SEDES/COEDE.

ASSUNTO: Inexigibilidade - Contratação de Capacitação - Semana de combate ao assédio moral e sexual no trabalho, por meio de uma Palestra sobre assédio e Facilitações por meio de Rodas de Conversas.

DESPACHO Nº 466 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Educação e Desenvolvimento Organizacional SEDES/COEDE deste Tribunal, por meio do Documento de Formalização da Demanda - DFD n. 27/2023 (0997398), objetivando a Contratação, com inexigibilidade de licitação, de empresa especializada para a realização da semana de combate ao assédio moral e sexual no trabalho, por meio de uma Palestra sobre assédio e Facilitações por meio de Rodas de Conversas oferecido pela empresa **HUMANUS PSICOLOGIA E SAÚDE LTDA**, CNPJ: **26.050.595/0001-83** para os servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com previsão de realização no período de 03/05 a 05/05/2023.

A unidade demandante juntou proposta comercial da empresa (0998209), bem como todos os elementos de cunho obrigatório exigidos pela **Lei 14.133/2021** e pela **Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022**, quais sejam, Documento de Formalização da Demanda (0997398), Estimativa da Despesa - retratada pela Informação Conclusiva sobre o valor estimada da contratação direta (0998246) e Termo de Referência n. 34/2023 (0998262).

Carreou-se aos autos a comprovação da regularidade mínima para contratar com a Administração Pública Federal, por meio das certidões juntadas a evento n. 0998210 (Certidão Negativa do CNJ, Regularidade trabalhista e fiscal federal e Regularidade do FGTS - CRF).

O valor da contratação foi estimado em R\$16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais).

A SPOF, em atenção ao Despacho n. 400 da COFC (1000664), realizou a programação orçamentária da despesa pretendida, registrando que essa está adequada e compatível com a LOA, PPA e a LDO (1000721).

A SAC, após análise formal, atestou que a fase de planejamento, a pesquisa de preços - estimativa de despesa e o TR juntado ao evento n. 0998262, complementado pela proposta juntada no evento 0998209, encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 72 c/c art. 74, inciso III, "f", da Lei 14.133/2021, para contratação direta por inexigibilidade de licitação (1000075).

Instada, a Assessoria Jurídica da SAOFC concluiu pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, opinando pela possibilidade de aprovação do TR e pela possibilidade jurídica da contratação, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021, dos serviços especificados no objeto do termo de referência citado; pela possibilidade de substituição do instrumento de contrato pela nota de empenho; pela desnecessidade da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, ressaltou a necessidade de divulgação do extrato da nota de empenho juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO (1001529).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e manifestou-se pela aprovação do TR; pela autorização da despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação; pela regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação; pela contratação direta da empresa **HUMANUS PSICOLOGIA & SAÚDE LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o n. 26.050.595/0001-83, por inexigibilidade de licitação; e pela publicação do ato de dispensa no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, bem como a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) (1001689).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente registra-se que a Lei 14.133/2021, em seu artigo 74, define que uma licitação é inexigível quando não é possível realizar um procedimento competitivo, sendo, portanto, necessária realizar uma contratação direta. Assim é exposto na lei:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição [...]

Em seguida, no referido artigo, o legislador faz uma lista exemplificativa de situações que podem caracterizar essa ausência de competição e, conseqüentemente, levar à inexigibilidade, dentre elas a **situação da contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização**: treinamento e aperfeiçoamento de pessoal:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, **considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa** cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações,

organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

O conceito de inviabilidade de competição, por sua vez, decorre de causas nas quais há a ausência de pressupostos que permitam a escolha objetiva da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

O § 3º do artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021 traz o conceito legal de notória especialização, aduzindo que considerar-se-á detentor de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

No caso sob análise, conforme relatado e descrito no objeto do TR (0998262), pretende-se operacionalizar a contratação de empresa especializada para a realização da palestra "*Nosso papel como protagonistas da mudança*" com duração de 60 minutos e Oficinas de "*Facilitação por meio de Rodas de Conversas*" para os servidores deste Tribunal, tendo em vista a conscientização e combate às práticas de assédio e discriminação devem ser implementadas pelos órgãos do Poder Judiciário na primeira semana de maio de cada ano nos termos descritos na Resolução CNJ n. 351/2020 que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Poder Judiciário, a ser realizado no período de no período de 03/05 a 05/05/2023 via plataforma zoom e presencial, havendo, em regra, a exigência da demonstração da notória especialização da contratada e a natureza intelectual do trabalho a ser prestado, não havendo mais a necessidade da demonstração da singularidade do objeto.

Da análise da demanda, extrai-se que a empresa proponente é detentora de notória especialização nos termos demonstrados pela unidade demandante no item 3.3 do TR juntado ao evento n. 0998262, não restando, também, dúvida acerca de que o objeto a ser contrato é de natureza meramente intelectual onde se busca a capacitação de servidores deste Tribunal, de modo que restam atendidos os requisitos legais para a contratação nos termos pretendidos.

Dessa forma, considerando que a escolha se insere no campo da discricionariedade, e em conformidade com o §3º, do art. 74, entende-se que a empresa escolhida reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que a mesma é a mais adequada à plena satisfação dos objetivos colimados, de modo que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação **com fundamento no art. 74, II, "f", da Lei n. 14.133/2021.**

Observa-se ainda, que no processamento da pretendida contratação direta observou-se o cumprimento dos requisitos legais da fase preparatório da contratação que, em não sendo um certame licitatório a própria Lei 14.133/2021 em seu art. 72 elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação, dispositivo também normatizado no âmbito deste Tribunal nos termos da IN n. 9/2022 que nos casos de contratação direta trouxe como obrigatórios o DFD (Solicitação de Contratação), Estimativa

da despesa e TR/PB, todos acostados aos autos nos eventos n. 0997398, 0998246 e 0998262, facultando a elaboração da instituição de uma equipe de planejamento, ETP e Mapa de Riscos e, em não havendo contrato, equipe de gestão de contrato, restando-se justificada a ausência de tais documentos.

Analisando minuciosamente cada um dos documentos de cunho obrigatório, percebe-se que todos mostram-se adequados ao regime da Lei 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022, uma vez que contém todos os elementos tidos como essenciais, podendo-se extrair de suas leituras o cumprimento das exigências legais para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade, dentre elas: a) a **razão da escolha do fornecedor** (dada a notória especialização nos termos do item 3.3 do TR); e b) a **justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021** - a partir da juntada do documento denominado Informação Conclusiva do Valor Estimado - evento 0998246).

Por fim, no que diz respeito ao teor do item 5.1 do TR onde consta a informação de que o **contrato será substituído pela nota de empenho**, cabe registrar que, em que pese a Lei não incluir as situações de inexigibilidade no rol das contratações para as quais pode-se dispensar o instrumento de contrato, verifica-se que no caso sob análise, mesmo não sendo caso de dispensa de licitação, estamos diante eventual contratações que não resultem obrigações futuras e encontra-se dentro do limite de dispensa em razão do valor (**R\$ 57.208,33**), aí incluídas as inexigibilidades de licitação, de modo que aplicando-se os princípios da proporcionalidade, da celeridade e da economicidade, não se mostra razoável admitir-se que esse novo diploma legal pretenda estabelecer um procedimento mais oneroso para a prática do ato, na contramão da mitigação dessa formalidade já pacificada no regime da Lei n. 8.666/93.

Diante do exposto e da necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, **AUTORIZO** a inexigibilidade de licitação descrita no art. 74, III, "f" da Lei de Licitações e Contratos e, por consequência:

I - Aprovo o Termo de Referência n. 40/2023-SEDES (0998262), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2020 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

II - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. 0998246, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 106/2022/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

III - Autorizo a despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, "f" da lei nº 14.133/2022, em razão da inviabilidade de competição;

IV - Adjudico o objeto à empresa HUMANUS PSICOLOGIA & SAÚDE LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n. 26.050.595/0001-83, e autorizo a emissão de Nota de Empenho **no valor de R\$16.800,00** (dezesesseis mil e oitocentos reais); e

V - Determino a publicação do ato autorizativo no DJE, em respeito ao princípio da publicidade, com fundamento no [Acórdão TCU n.](#)

[1336/06 - Plenário](#) e no Parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, bem como a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) do extrato da nota de empenho em cumprimento ao comando expresso constante no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade do processamento do feito, com emissão de nota de empenho.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, **Diretora Geral**, em 03/05/2023, às 11:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1005051** e o código CRC **F9C26711**.